



ESPAÇOS PÚBLICOS DEVERIAM PERTENCER A NÓS

Vozes de Jovens Mulheres Moçambicanas sobre Paz e Segurança

Women, Peace and Security

Advanced Consortium on Cooperation, Conflict, and Complexity
EARTH INSTITUTE | COLUMBIA UNIVERSITY



AGRADECIMENTOS

As coautoras deste relatório gostariam de agradecer às participantes - Arcelia, Berta, Jessica, Dulce, Filomena, Silvia, Diolene e Rita - e à toda a equipa da Horizonte Azul que liderou este esforço para entender melhor o terreno de mulheres, paz e segurança em Moçambique. Somos especialmente gratas pela orientação, liderança e apoio fornecidos por Dalila Macuacua, Withney Sabino e pela brilhante e engajada equipa de activistas comunitárias. Este projeto de photovoice não teria sido possível sem o conhecimento e experiência de Daniel Lyons e do esforço e apoio à pesquisa prestados por Julia Cardoni, Lidia Cano Pecharromán, Marina Lafer, Padini Nirmal, Hannah Yore e Meredith Forsyth. Agradecemos também à equipa do AC4 pelo suporte editorial e gráfico, bem como a Sunghee Kim do Earth Institute. Finalmente, agradecemos a generosidade das académicas moçambicanas Isabel Maria Cortesão Casimiro, Maria José Artur e Ezra Alberto Chambal Nhampoca por oferecerem seu tempo e suas reflexões críticas.

Citação sugerida

Advanced Consortium on Cooperation, Conflict and Complexity & Associação Sócio Cultural Horizonte Azul. 2019. *Espaços Públicos Deveriam Pertencer a Nós: Vozes de Jovens Mulheres Moçambicanas sobre Paz e Segurança*. Nova York. Advanced Consortium on Cooperation, Conflict and Complexity.

ÍNDICE

1. Sumário Executivo
2. Introdução
3. Coprodução teórica de paz e segurança por meio de engajamento visual participativo
4. Principais temas das participantes
 - 4.1 Segurança e insegurança para além da guerra e do conflito armado
 - A) Infraestrutura e segurança quotidiana
 - B) Violência quotidiana e espaços públicos
 - C) Desigualdade social
 - 4.2 Paz e liberdade para além da guerra e do conflito armado
 - A) Activismo social e engajamento como paz
 - B) Má alocação de recursos como violência estrutural
 - C) “Ir e Vir”: liberdade de movimento
5. Discussão e Implicações
6. Conclusão
7. Notas

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

Moçambique tem sido caracterizado como um país pacífico desde o final de uma longa guerra civil que terminou em 1992 após quinze anos. Dentro deste contexto do pós-guerra, os discursos públicos e privados no país continuam a imaginar a paz como a ausência de guerra e conflito militar. No entanto, várias regiões dentro de Moçambique seguem sobrecarregadas por injustiças sistémicas, pela falta de bem-estar público e por vários tipos de insegurança. Mulheres e raparigas, em particular, continuam a experienciar uma quantidade desproporcional de insegurança social, política e económica, apesar dos esforços recentes do Governo para promover a igualdade de género e a inclusão de uma agenda de mulheres, paz e segurança por meio de um Plano Nacional de Acção lançado em 2018.

Por meio das vozes, imagens e histórias de oito mulheres jovens dos bairros de Maxaquene A, Maxaquene B, Polana Caniço A, Magoanine e Aeroporto em Maputo, Moçambique, este relatório oferece uma reconceptualização dos termos paz e segurança que se estende muito além dos terrenos de conflito armado e guerra. As narrativas e imagens compartilhadas neste relatório foram colectadas por meio de uma parceria e subseqüente realização de pesquisa participativa entre a Horizonte Azul, uma organização feminista moçambicana da sociedade civil, e o programa Mulheres, Paz e Segurança (WPS) da Universidade Columbia, entre 2017 e 2019.

Para os propósitos específicos deste estudo, a equipa de Mulheres, Paz e Segurança estabeleceu uma parceria de trabalho com a Horizonte Azul e colaborou com oito mulheres da associação; estas activamente coproduziram um projecto participativo de pesquisa visual. As participantes foram escolhidas pela equipa da Horizonte Azul com base num conjunto de critérios internos e interesses no projecto proposto. Esta colaboração proposta tomou a forma de um projecto de pesquisa do tipo Photovoice, que explorou temas relacionados a paz e segurança nas vidas diárias destas. Todas as participantes são membras activas da associação comunitária Horizonte Azul localizada no bairro Maxaquene “A” da cidade de Maputo. A organização cria e fornece espaços-chave para o envolvimento da comunidade em questões de género e sociais, particularmente voltadas ao empoderamento de grupos vulneráveis tais como crianças, raparigas e jovens mulheres.

Ao narrar as experiências vividas pelas participantes e seus conhecimentos fundamentados, este relatório apresenta uma visão reimaginada de paz e segurança, que conecta estes conceitos às temáticas de segurança quotidiana, desigualdade estrutural e bem-estar por meio de uma perspectiva de género. Os relatos explorados neste relatório trazem à luz uma visão matizada sobre o quotidiano de mulheres e raparigas em Maputo, Moçambique, e as suas experiências de paz e segurança na vida quotidiana. Estes depoimentos apresentam uma compreensão da paz e resiliência dentro e para além do contexto moçambicano.

2. INTRODUÇÃO

Uma Breve Visão da Temática Mulher, Paz e Segurança em Moçambique

Em Agosto de 2018, o governo moçambicano, em parceria com a ONU Mulheres, lançou um Plano Nacional de Acção sobre Mulher, Paz e Segurança.¹ O Plano reconhece os direitos humanos das mulheres e raparigas e enfatiza a importância da participação destas nos processos formais de pacificação e de manutenção da paz:

O Plano Nacional de Acção sobre Mulher, Paz e Segurança (PNAMPS) - 2018-2022, reconhece os direitos das mulheres e raparigas e a sua vulnerabilidade no contexto de conflito armado, e ressalta a importância do seu protagonismo como agentes de prevenção e resolução de conflitos e manutenção da paz.²

Este Plano Nacional vem décadas depois da guerra civil que durou quinze anos em Moçambique. É também lançado em um momento no qual, globalmente, tem crescido o reconhecimento da necessidade de mulheres e raparigas (e os interesses destas) serem incluídos nos processos de construção da paz e pacificação.³

A presença da paz formal em Moçambique é significativa, devido ao facto de a sua história ser marcada por “três diferentes épocas cronológicas de guerra”, incluindo a colonização por Portugal no século XVI e a recente guerra civil entre o governo e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), um grupo rebelde armado à época (e agora, um partido político em Moçambique), de 1977 até 1992.⁴ A guerra civil moçambicana resultou na morte de mais de um milhão de pessoas (perfazendo sete por cento da população) e em mais de quatro milhões de refugiados migrantes e pessoas deslocadas internamente. Somando mais de US\$ 20.000 milhões em danos, a sociedade moçambicana enfrentou destruição massiva de viadutos, ferrovias, postos de saúde e escolas, com efeitos que continuam a afectar o país até hoje.⁵

O Acordo Geral de Paz, assinado em Roma em 1992, encerrou oficialmente a guerra civil, mas não incluiu mulheres nas conversações. O Acordo foi anunciado por organizações de desenvolvimento internacional, tais como o Banco Mundial,⁶ as Nações Unidas e outras agências internacionais⁷ como um acto bem-sucedido na construção da paz. Após a assinatura do mesmo, Moçambique realizou eleições presidenciais e legislativas democráticas em 1994, com a dupla esperança de transitar para um sistema democrático de governo e acabar com a violência em curso. No entanto, apesar dos êxitos ao se obter essa paz formal, a exclusão das vozes das mulheres nas conversas que levaram à assinatura do Acordo produziu efeitos duradouros na construção social do país, de tal modo que, desde 1994, “a contínua insegurança económica no país permanece correlacionada às desigualdades de género, enquanto o legado das guerras permanece incontestável no quotidiano da vasta maioria das mulheres, incluindo as suas experiências de violência quotidiana” (traduzido do texto original em inglês para o português).⁸

A contínua violência estrutural e quotidiana, ilustrada por altos níveis de insegurança económica e crescente desigualdade, foi agravada pelo conflito armado entre a RENAMO e o governo de Moçambique, que eclodiu novamente em 2013. A renovação deste conflito gerou uma nova onda de instabilidade e violência que, além de causar danos materiais significativos, produziu um notável aumento da violência por parte de soldados do governo e também impulsionou a migração de moçambicanos para o vizinho Malawi. Embora os ataques militares que afectaram as províncias de Sofala, Manica e Tete tenham cessado com a aprovação do novo pacote eleitoral em 2018, Moçambique continua numa situação política e económica muito sensível e tensa.⁹

As recentes degradações nas condições económicas aumentaram a crescente instabilidade do país, adicionando mais tensão à volatilidade do país, que já sofria com os efeitos decorrentes de conflitos armados passados. A começar, diversas dívidas ocultas¹⁰ do governo foram tornadas públicas em 2015, escancarando a corrupção do governo do dia e a má gestão de fundos públicos. Como resultado, organizações internacionais, entre elas o Fundo Monetário Internacional - FMI, que haviam concedido ao país pacotes de assistência financeira, rescindiram os seus acordos e deixaram o país, facto que foi acompanhado por uma fuga de investimentos estrangeiros. Como nota a Autoridade Tributária de Moçambique (2018), mais de duas mil empresas fecharam e muitas outras reduziram o seu pessoal pela metade, como resultado directo da crise económica. Posteriormente, a redução do investimento público, do investimento estrangeiro directo e da ajuda externa produziram efeitos sociais negativos, tais como o aumento das taxas de desemprego, da fome e da instabilidade familiar, juntamente com o crescimento significativo de casos de violência baseada em género, casamentos precoces e infantis e pagamento por sexo.¹¹ Os índices de violência dentro das comunidades também aumentaram, criando um ambiente de insegurança e medo cada vez maior, especialmente para mulheres.

Além da crise económica, um novo conflito militar eclodiu em 2017. Desde então, ataques armados têm ocorrido nas províncias de Cabo Delgado e Nampula, áreas de conflitos de interesse relacionados a megaprojectos das indústrias extractivas de mineração e petróleo, entre aqueles ligados ao comércio ilegal de marfim, ouro e pedras, e agricultores locais.¹² Não há consenso quanto às causas reais do conflito; o governo, por exemplo, afirma que estes são actos de vandalismo, derivados de ataques de fundamentalistas islâmicos.

Além de Cabo Delgado e Nampula, outras áreas são marcadas por conflitos ligados à exploração de minérios: a exploração de rubis em Montepuez leva a confrontos diários entre militares e mineiros ilegais vindos da Tanzânia e de outros lugares; em Manica, há conflitos semelhantes nas minas de ouro entre militares e mineiros migrantes do Zimbábue e da Zâmbia.

É importante ressaltar que essas áreas de mineração também mostram um aumento das taxas de violência sexual, casamentos prematuros e prostituição infantil. Em Tete, a Vale e a Rio Tinto operam minas de carvão a céu aberto; a infraestrutura ligada à actividade deslocou milhares de moradores locais, a maioria dos quais agricultores de subsistência, causando aumentos significativos em insegurança alimentar.¹³ Entre 2009 e 2010, a Vale reassentou 1.365 domicílios, enquanto a Rio Tinto e a Riversdale reassentaram 84 domicílios em 2011.¹⁴

O efeito cumulativo destes ataques armados, a crise económica em curso e o reassentamento de pessoas para o desenvolvimento de megaprojectos de mineração são causas evidentes do aumento significativo do número de pessoas deslocadas internamente em Moçambique. Nessas migrações, as pessoas deixam para trás os seus bens materiais e culturais. Mulheres e crianças, principalmente, são expostas à crescente vulnerabilidade económica, à violência sexual e à insegurança alimentar. Nos seus novos espaços de cunho temporário, estes migrantes perdem os seus direitos como cidadãos e acabam por não serem reconhecidos pelo Estado como sujeitos legítimos.

Organizações internacionais têm trabalhado em estreita colaboração com o governo moçambicano e a sociedade civil desde o fim da guerra civil para implementar processos de reconstrução pós-conflito, incluindo programas para a promoção da igualdade de género e justiça social.¹⁵ Desde 1994, quando Moçambique realizou as suas primeiras eleições multipartidárias, os políticos do país já haviam feito progressos nas políticas públicas de igualdade de género. O parlamento moçambicano é composto agora por aproximadamente 40 por cento de mulheres e os princípios de igualdade de género e universalidade estão previstos na Constituição.¹⁶ O Governo de Moçambique é também signatário de todas as principais convenções de direitos humanos e de diversos compromissos regionais para a inclusão e igualdade de género, incluindo a Declaração da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral sobre o Género e Desenvolvimento (1997),¹⁷ a Declaração Solene sobre a Igualdade do Género em África (2004)¹⁸ e o Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres em África (2003).¹⁹

Historicamente, as autoridades eleitas moçambicanas também expressaram a sua vontade em participar na agenda internacional de mulheres, paz e segurança, ratificando o Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres em África (o Protocolo de Maputo) em 2005,²⁰ a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres em 1997²¹ e o Marco de Acção de Hyogo (2005).²² Em 2000, o governo de Moçambique adoptou os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs), que centralizam e realçam o papel da igualdade de género.

Apesar da ausência de guerra, da mudança da retórica nacional em relação à igualdade de género e da publicação do Plano Nacional de Acção, as mulheres e raparigas moçambicanas enfrentam situações de insegurança, resultantes do legado duradouro da guerra e subsequentes conflitos socioeconómicos.²³ Em 6 de outubro de 2018, o Presidente de Moçambique lançou oficialmente o pacote de Descentralização, Desmilitarização e Reintegração (DDR) para as ex-forças da RENAMO, seguindo acordos entre o governo e a RENAMO para manter uma paz efectiva e duradoura no país.²⁴ Desde então, existe um esforço em muitas frentes do governo para integrar as mulheres nos processos de tomada de decisão; no entanto, até ao momento, a participação das mesmas permanece marginal. Isto deve-se em parte ao facto de que a maioria das negociações e as decisões resultantes das mesmas continuam a basear-se nos ditames de grupos armados, concedendo apenas um papel acessório a outros actores, especialmente mulheres. Nesse cenário “pós-conflito”, militarizado, mulheres e raparigas continuam a ser consideradas como “armas de guerra”; a sua contínua e sistémica marginalização afecta gravemente a quantidade de informações confiáveis disponíveis sobre a vida quotidiana das mesmas. Essa escassez de informações afecta o grau de acesso de mulheres a assistência humanitária, enquanto se deparam com violência sexual e de género.

Embora tenha havido, desde o Acordo Geral de Paz de 1992, um significativo comprometimento político e documentação sobre a importância da incorporação das questões sobre mulheres, dos conflitos armados e da igualdade de género na região, ainda faltam dados qualitativos que melhor expliquem o progresso alcançado e explorem o terreno contemporâneo de paz e segurança por meio de uma perspectiva de género. Este relatório busca contribuir para preencher esta lacuna de informações, oferecendo uma visão da paz e segurança em Moçambique sob a óptica de género, conforme narrada pelas associadas da Horizonte Azul, uma organização da sociedade civil em Maputo que trabalha para a justiça social.

Olhando para Paz e Segurança sob a Perspectiva de Género

Perspectivas políticas dominantes sobre a segurança centralizam-se no conhecimento de e na relação entre actores militares e estatais.²⁵ Este relatório baseia-se numa abordagem mais holística, que advoga para uma perspectiva de ‘segurança humana’, que, diferentemente, “redireciona a atenção nas discussões de segurança: do nível nacional/estatal para os seres humanos como vítimas em potencial; para além da violência física como a única ameaça/vector relevante; e para além do dano físico como o único dano relevante” (traduzido do texto original em inglês para o português).²⁶ Essa abordagem de segurança humana também foi mobilizada nos círculos académicos e políticos de diversas maneiras. Em 1994, o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) introduziu dois componentes da segurança humana, movendo o escopo da análise de segurança de um foco territorial/militar para um que centraliza a segurança e as experiências de indivíduos, em vez de Estados. Nesta definição, a segurança humana só é alcançada na presença tanto da “liberdade do medo” quanto da “liberdade do desejo”.²⁷ Além disso, o RDH também apresentou uma série de dimensões que devem ser consideradas ao abordar a segurança humana, a saber: dimensões económica, alimentar, de saúde, ambiental, política, pessoal e comunitária. Posteriormente, em 2003, a Comissão de Segurança Humana lançou o seu Relatório Final, destacando também a necessidade urgente de um novo paradigma de segurança “centrado em pessoas - não em estados”.²⁸

Nesta ampla abordagem de segurança humana, a paz é moldada não apenas pela ausência de guerra, mas também pelas expectativas e desejos dos indivíduos em prosperar, tanto em relação a si próprios, quanto para aqueles da sua comunidade. Além disso, este entendimento afirma que as ameaças à segurança surgem não apenas de insurgências armadas, mas também de relações entre uma ampla gama de actores baseadas em assimetrias de poder.²⁹ Isso inclui, em especial, relações desiguais de poder entre homens e mulheres, comumente destacadas em estudos sobre segurança que abordam a questão de género. Em confluência com o que académicas feministas apontam, adoptar uma abordagem de género na temática de segurança por meio da “inclusão de mulheres como uma categoria identitária dentro do discurso de segurança” e da “integração do género como unidade de análise” é uma salvaguarda contra a criação de “silêncios, que na verdade reforçam o domínio de universalismos masculinistas e, ao mesmo tempo, impedem o progresso teórico nos estudos de segurança” (traduzido do texto original em inglês para o português).³⁰

No caso de Moçambique, a maioria dos estudos sobre paz e segurança apresenta, até o presente momento, uma abordagem tradicional, concentrando-se em guerras ou conflitos armados e político-militares. No entanto, esforços recentes de académicas feministas, em particular, têm defendido o uso de uma abordagem de género para a temática de segurança, demonstrando ligações críticas entre as relações de género e a violência, a paz e a segurança. Por exemplo, essas estudiosas pensam que “embora a violência do conflito armado tenha terminado, os níveis de violência contra as mulheres em todas as esferas da vida pós-conflito não apenas continuaram, mas adquiriram outras dimensões”.³¹ O activismo de alguns grupos de mulheres chamou a atenção para o tema da violência, mas “a violência continua independentemente do fim do conflito armado porque na sua raiz estão as relações assimétricas de poder entre géneros, combinadas com níveis de pobreza e desemprego sem precedentes; essas causas estão, por sua vez, associadas aos conflitos armados que se alastraram desde 1964, com a herança colonial e com um modelo de ‘desenvolvimento’ baseado numa desigualdade fundamental que afecta as mulheres de uma forma muito pior que os homens” (traduzido do texto original em inglês para o português).³²

Este relatório constrói, sob a perspectiva de género, uma visão alternativa sobre paz e segurança, a partir das experiências de uma organização de base da sociedade civil de Maputo. A partir dos conhecimentos produzidos e análises situacionais desenvolvidas pela Associação Sócio Cultural Horizonte Azul ao longo dos seus quase quinze anos de existência e por meio da ampla abordagem adoptada pelo programa de Mulheres, Paz e Segurança (WPS) da Universidade Columbia, buscou-se melhor compreender as questões entrelaçadas entre mulheres, paz e segurança. A seguir, este relatório também trata de muitos temas em comum daqueles levantados no Plano Nacional de Acção de Moçambique no que tange a paz e segurança e fundamenta estes temas com exemplos das experiências e perspectivas diárias das mulheres moçambicanas.

O relatório começa com uma descrição metodológica da colaboração visual participativa, que explora dois temas emergentes: 1) segurança e insegurança para além de apenas guerra e conflito armado e 2) paz e liberdade para além de apenas guerra e conflito armado. Todas as vozes participantes apresentadas neste relatório são membras da Horizonte Azul. Ao observar o panorama de paz e segurança por meio dos olhos das mulheres locais, este relatório busca produzir uma imagem mais detalhada da paz e da segurança em Maputo, Moçambique, ao mesmo tempo que oferece importantes lições para compreender as mulheres e a paz e a segurança das mesmas no país, de uma forma mais ampla. As vozes das mulheres narradas neste relatório, portanto, ecoam o recente ímpeto ao redor do mundo, tanto por académicos como por legisladores, que provaram a existência de ligações estruturais fundamentais entre os problemas relacionados a género na segurança quotidiana, a desigualdade estrutural, a sustentabilidade e a paz duradoura para todos e todas.³³

3. COPRODUÇÃO TEÓRICA DE PAZ E SEGURANÇA POR MEIO DE ENGAJAMENTO VISUAL PARTICIPATIVO

Introdução

O objectivo geral deste relatório é lançar luz sobre experiências, a nível micro, de paz e segurança de mulheres, para contribuir para um entendimento macro da temática em Moçambique, com aprendizados transponíveis para outros lugares e espaços. Portanto, o relatório narra as vivências particulares de paz e segurança das mulheres nas suas vidas e espaços quotidianos como representações do amplo campo de estudo em questão. Essa narrativa foi desenvolvida em 2017 por meio de dados colectados em grupos focais e entrevistas individuais semiestruturadas com oito mulheres participantes.

Este relatório é fruto de pesquisa colaborativa entre o programa Mulheres, Paz e Segurança, da Universidade Columbia, e a Associação Sócio Cultural Horizonte Azul, uma organização que trabalha em prol da promoção e protecção dos direitos humanos, principalmente de raparigas e jovens mulheres. Destacam-se em sua atuação iniciativas que promovem a igualdade de género, o empoderamento, a participação política e o engajamento cívico de raparigas e mulheres jovens, em especial as em maior situação de risco e vulnerabilidade nas comunidades peri-urbanas e rurais.

Fundada em 2005, a ASCHA começou fornecendo serviços básicos e advocando a nível comunitário para a defesa de direitos de crianças e jovens órfãos. Em 2011, quando aderiu à Rede Fórum Mulher, passou a actuar na construção e fortalecimento das capacidades das raparigas e mulheres jovens, através da integração da igualdade de género às suas acções nas escolas e comunidades, promovendo também o engajamento masculino para construir novas masculinidades. A Horizonte Azul trabalha para destacar a importância de se incluir as perspectivas das mulheres da sociedade civil, bem como articular junto aos formuladores de políticas públicas tanto a urgência de inclui-las quanto a sabedoria que podem advir de fazê-lo.

Para advogar pelos direitos das mulheres e organizar oficinas e formações temáticas afetas a género, contam com uma rede local de jovens activistas consciencializadas e mobilizadoras e com organizações internacionais de grande escala, tais como as Nações Unidas, a Visão Mundial e a Rozaria Memorial Trust no Zimbabwe.

Metodologia e Desenho

A pesquisa visual participativa é um método que consiste na representação, disseminação e interpretação de dados, no qual o pesquisador tem como eixo central a experiência das/dos participantes. É uma metodologia colaborativa baseada na criação de “possibilidades de visualizar o que está em jogo (por meio dos olhos de fotógrafos comunitários) e mudando as fronteiras do conhecimento (por meio dos olhos daqueles de dentro)”.³⁴ *Photovoice* é um tipo específico de pesquisa visual participativa, descrita como “uma maneira de formulação de políticas públicas vinda da base, na qual as populações cujas vozes estão frequentemente ausentes da formulação da mesma recebem câmaras simples para expressar os seus pontos de vista sobre um determinado assunto.”³⁵ (traduzido do texto original em inglês para o português). Ferramentas visuais e participativas têm a capacidade de tornar pesquisas mais democráticas e holísticas, por apresentar as vozes de sujeitos não apenas como objectos de estudo, mas como participantes e intérpretes de pesquisa.

A equipe de pesquisa do WPS colaborou com Daniel Lyons, fotógrafo e especialista em métodos visuais participativos, e a assistente de pesquisa Julia Cardoni; ambos já trabalhavam no contexto moçambicano há muitos anos. O projecto começou com uma sessão de orientação para apresentar o método *Photovoice* às participantes, incluindo considerações éticas ao tirar fotografias em público, bem como fornecer uma visão geral do cronograma e compromissos do projecto. Essa sessão foi seguida por uma profunda discussão em grupo, liderada pelas membras da Horizonte Azul, que compartilharam as reflexões advindas das suas experiências de paz e segurança nos seus bairros e comunidade em geral. A discussão envolveu temas relacionados com a violência de género, insegurança

em espaços públicos, violência doméstica, violência física e psicológica e naturalização do comportamento masculino influenciada e reforçada pelas normas sociais locais.

Essa ampla discussão levou à construção de três perguntas estruturais que orientaram o exercício fotográfico subsequente:

- 1) Como as normas sociais influenciam as práticas de violência?
- 2) Que tipos e em que tipos de locais ocorre a violência?
- 3) O que se espera do comportamento de homens e mulheres em situações de violência?

Com base nessas questões estruturantes, as oito participantes, Arcelia, Berta, Jessica, Dulce, Filomena, Silvia, Diolene e Rita,³⁶ iniciaram o processo participativo: tirando fotos, fazendo a curadoria das imagens e discutindo em grupo o significado e as implicações de cada imagem. Mais especificamente, elas tiraram fotos de lugares, acontecimentos, símbolos ou cenas que contêm significados específicos relacionados com as suas próprias opiniões e entendimentos das experiências quotidianas de paz e segurança em suas próprias vidas individuais e comunitárias. Essas imagens serviram como orientadoras de discussões que exploraram colectivamente os temas de paz e segurança que eram significativos para o grupo.

Após as discussões em grupo sobre as imagens escolhidas, cada participante foi entrevistada individualmente por meio de um questionário semiestruturado, desenvolvido pelas próprias participantes, a partir das temáticas e questões que mais lhes interessaram. Durante essas entrevistas, as mulheres participantes compartilharam reflexões enriquecedoras sobre o significado de segurança e a sensação de estar “segura” em espaços públicos. A maioria das fotografias representou contextos de violência, tais como áreas abandonadas e ruínas, enquanto outras documentaram espaços simbólicos de exclusão, ou “espaços onde as mulheres não podem existir”, tanto física quanto metaforicamente, baseados em normas sociais convencionais e entendimentos de senso comum dentro da comunidade.

As entrevistas individuais foram complementadas com discussões em grupos focais, que geraram diversas conexões entre as experiências de violência quotidianas das participantes e fenómenos sociais globais. As participantes passaram de falar somente sobre os locais físicos de exclusão para também reflectir umas com as outras sobre temas mais amplos, como corrupção, segurança nacional, desigualdade social e paz.

Estas discussões culminaram na criação de um segundo conjunto de questões de enquadramento, a seguir:

- 1) Qual é a realidade de Moçambique em relação à corrupção?
- 2) Como é que a desigualdade social interfere no processo de paz?
- 3) Como é que a segurança está relacionada com o processo de consolidação da paz?

Depois de reflectir sobre este último conjunto de perguntas e de se engajar em outra rodada de fotografia, as participantes compartilharam as suas compreensões sobre o terreno complexo de paz e segurança por meio de uma segunda rodada de entrevistas. As imagens coproduzidas durante a segunda rodada de discussão serviram principalmente como metáforas para discutir a paz, a corrupção e a desigualdade social e serviram de base para uma segunda discussão em formato de grupo focal. Nesta, as participantes empenharam-se ainda mais numa deliberação compartilhada sobre as nuances de paz e segurança nas suas vidas quotidianas e as relações destas com problemas sociais mais amplos em Moçambique e além.

Uma reunião final marcou o ponto culminante da fase de fotografia do projecto, durante a qual as participantes revisitaram todas as suas fotos e discutiram como grupo o seu significado colectivo e suas implicações. As participantes foram convidadas a trabalhar em conjunto para criar uma narrativa para descrever o corpo colectivo do trabalho, enquanto respondiam a perguntas como: quem deveria ver essas fotos? Como é que elas precisam ser vistas? Essas questões não só deram subsídios ao desenvolvimento deste relatório, como também levaram ao desenvolvimento de uma estratégia para uma exposição fotográfica de base, organizada pela Horizonte Azul.

PINTANDO UMA IMAGEM DAS PARTICIPANTES EM SUAS PRÓPRIAS PALAVRAS



BERTA DE NAZARETH

Mulher jovem de 24 anos de idade e formada em Sociologia, Berta é activista social dos direitos humanos das mulheres. Ela tornou-se activista em 2005 depois de ingressar na Horizonte Azul com foco na defesa dos direitos das crianças. Desde então, Berta expandiu o seu activismo para incluir a defesa dos direitos de mulheres jovens e raparigas a todo o custo, por meio de seu trabalho liderando grupos de defesa dos direitos.



DIOLENE GIMO

Diolene é a Oficial de Comunicação da Horizonte Azul e activista de direitos humanos de raparigas e mulheres jovens. Uma mulher de 23 anos, graduada em Relações Internacionais e Diplomacia, sonha com um mundo onde a igualdade de género e o respeito às mulheres seja uma realidade.

FILOMENA FERNANDO CHAVANGUANE

Filomena é uma mentora e activista social de 22 anos. Iniciou a sua militância na Horizonte Azul em 2009, como participante do grupo de jovens de teatro e poesia da organização. Começando como uma defensora dos direitos das crianças, expandiu a sua paixão para defender as causas sociais dos direitos das mulheres e raparigas.





**JESSICA HELENA
IGREJA**

Jessica tem 25 anos e actualmente cursa Gestão de Marketing. Ela é activista em direitos humanos de mulheres e raparigas e é mentora no programa MUVA'ASSISTENTE.

**DULCE FERNANDO
HOUANE**

Aos 25 anos de idade, Dulce é estudante e activista que tem como grande sonho tornar-se Policial da Defesa Militar, para poder mudar o cenário em que vive, para garantir a segurança, a ordem e a tranquilidade pública.





RITA JACINTO HUO

Rita é uma estudante de 21 anos, feminista e activista social no campo dos direitos humanos das mulheres. Ela está envolvida num projecto de empoderamento económico de mulheres, no qual capacita estas na fabricação e venda de cadernos usando tecido ou capulana. Rita também trabalha com fotografia.



ARCELIA PAULA FERNANDO HOUANE

Arcelia é activista social e estudante no curso de medicina geral, que tem o sonho de ser médica para ajudar as pessoas, principalmente as mulheres.



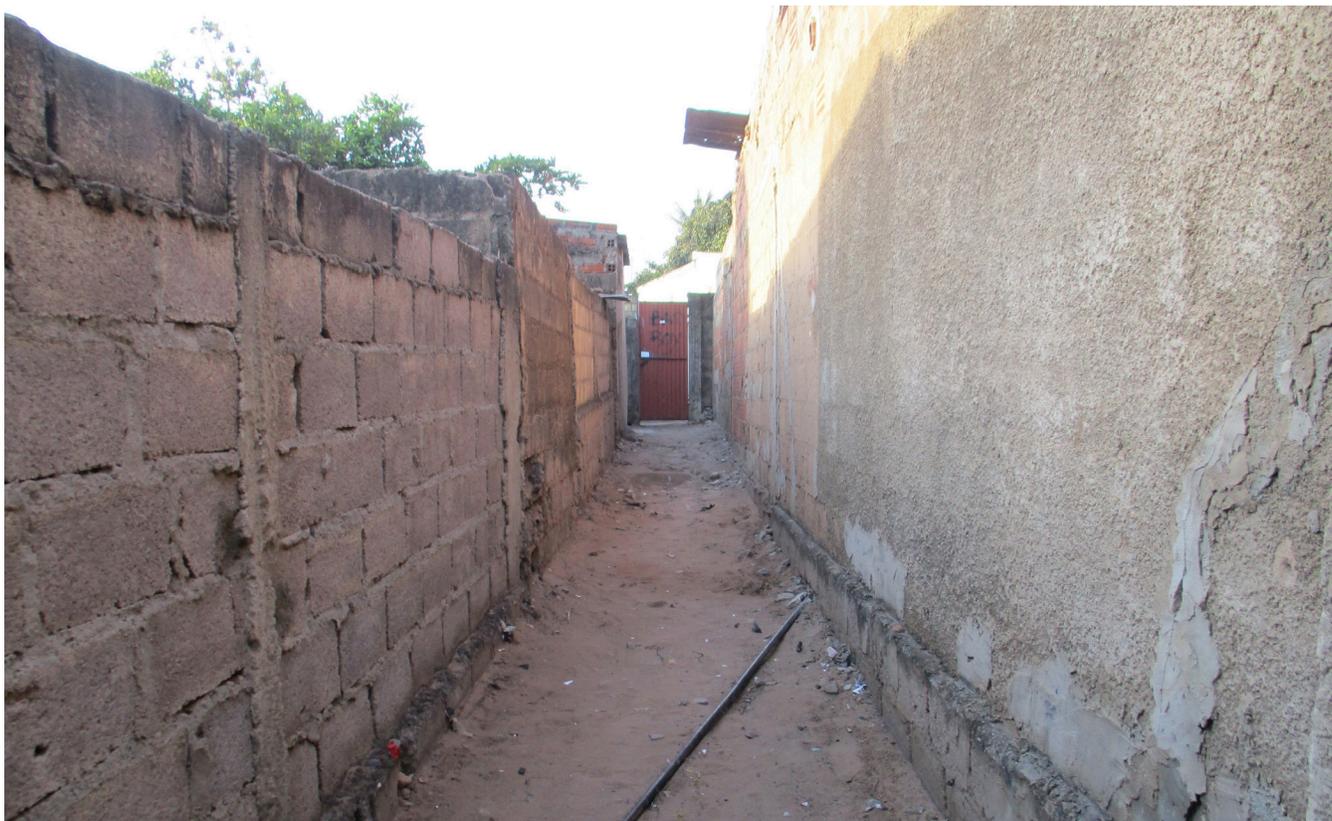
SILVIA GERVÁSIO NHASSEGO

Silvia é uma mentora e facilitadora de 27 anos em questões de gênero no programa MUVA'ASSISTENTE. Formada em Contabilidade e Relações Públicas, Silvia sonha em se tornar advogada para continuar a combater a violência contra as mulheres e a defender os direitos das mesmas.

4. PRINCIPAIS TEMAS DAS PARTICIPANTES

1. Segurança e insegurança para além da guerra e do conflito armado

A) Infraestrutura e segurança quotidiana



(Diolene, Foto 1)

Esse beco muito escuro dá para uma casa. De vez em quando homens fumam, bebem e ficam aí. Eu tive tanto medo de passar aí, qualquer rapariga que passasse por lá para chegar à sua própria casa era assediada, chamada de nomes. – Diolene

Um tema importante que emergiu das discussões em grupo sobre paz e segurança foi a relação entre infraestrutura e segurança quotidiana. O grupo decidiu tirar fotos de lugares nos quais se sentiam seguras e inseguras e também de lugares que simbolizavam insegurança. Muitas mulheres tiraram fotos de becos e ruas públicas, identificando estes como áreas onde se sentem inseguras. Por exemplo, as mulheres citaram canteiros de obras abandonados e a falta de iluminação pública como criadores de condições favoráveis a ataques sexuais. Sendo incapazes de evitar essas áreas para realizar as suas tarefas diárias (isto é, ir ao trabalho, à escola, etc.), elas falaram sobre como mulheres e raparigas precisam transitar por ambientes perigosos para cumprir obrigações familiares, bem como para buscar oportunidades de geração de renda e mobilidade social. As participantes Diolene, Berta, Silvia e Dulce compartilharam as suas perspectivas sobre a relação entre infraestrutura e segurança (veja a Foto 1 acima).



(Berta, Foto 2)

Nesta foto, eu estava pensando sobre locais e tipos de violência que ocorrem no meu bairro. Essa é uma vala, perto de uma escola, com movimento diário de crianças e adolescentes. Lá, muitas raparigas já foram estupradas. Essa foto ilustra esse espaço. Mas é no período da noite que a violência ocorre aqui. É um espaço onde pessoas podem fazer aquilo que bem querem, independentemente da lei. É um espaço de abandono. Essa rua por acaso é uma das vias de acesso a outros sítios do bairro. Poderia ser um lugar tranquilo, mas este lugar não traz este sentimento. – Berta



(Silvia, Foto 3)

Essa casa [está] em construção e não tem sido trabalhada desde o ano passado. Aqui, lugares como esse são espaços onde a violência ocorre, a maioria da violência sexual. Então para mim esse tipo de estrutura não terminada fornece um espaço para estupros ocorrerem. – Silvia

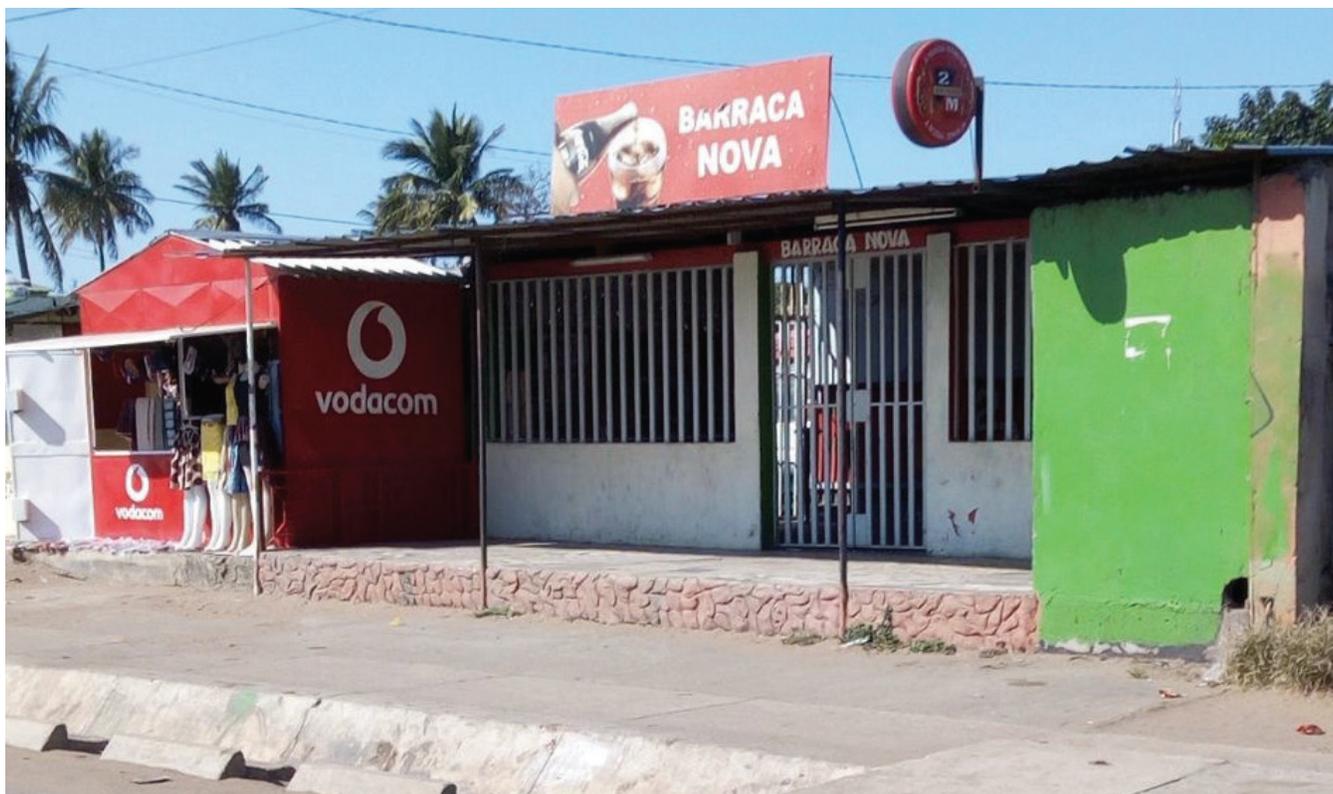
Em cada uma dessas imagens e descrições, falou-se sobre segurança em termos de caminhos que as mulheres tomam todos os dias para chegar ao trabalho, à escola e ao lar. Os pontos de vista das participantes, visualmente e conceitualmente, ilustram as maneiras particularmente intrincadas de como os espaços são marcados por questões de género e como esta questão gera tanto segurança quanto insegurança. As discussões entre as participantes apontaram para os estreitos laços estruturais entre infraestrutura urbana, segurança económica e segurança social e pessoal para mulheres e raparigas, especialmente. Ao destacar a alta incidência de estupros em determinados espaços e caminhos, as participantes discutiram a experiência sistêmica de insegurança de género comum às mulheres moçambicanas dentre sua classe e origem social.



(Dulce, Foto 4)

Entendo que o dono demoliu a casa e precisava reconstruir, mas esse tipo de situação cria muita insegurança especialmente para mulheres na comunidade. Eu me sinto segura em casa. Na área que estou, não há tanto crime. As áreas perigosas são aquelas nas quais só podemos transitar por becos. Muitas pessoas precisam transitar por becos todos os dias para entrar em suas casas. – Dulce

B) Violência cotidiana e espaços públicos



(Berta, Foto 5)

Essa fotografia representa um espaço noturno, um bar que os jovens usam para lazer. Esses tipos de bares também podem ser pensados como lugares que naturalizam violência. Esse bar em particular é frequentado por jovens e as adolescentes e raparigas são vistas como alvos fáceis. Se você é estuprada nesse bar, será visto como violência justificada, perguntando o que você estava fazendo lá, o que você queria lá? Nesse espaço, a violência física ocorre, se a mulher recusa ela é vaiada, porque se pressupõe que ela deveria aceitar esses ataques. – Berta

Outro tema relacionado que emergiu dessas discussões foi as maneiras como áreas abandonadas e falta de infraestrutura contribuem para a insegurança e a violência que as mulheres sofrem em locais públicos. As participantes tiraram fotos de lugares públicos, tais como bares e escolas. Para muitas, esses espaços foram marcados pelo seu potencial para a ocorrência de actos violentos, e foram inextricavelmente ligados às suas definições e experiências de segurança e insegurança. Na Foto 5 acima, Berta reflecte sobre as implicações de género na ocupação de espaços públicos.

As participantes também descreveram o que seria um espaço seguro, em contraste com as áreas onde elas vivem hoje. Silvia compartilhou: “O que seria um lugar seguro? Uma casa acabada, com pessoas morando nela. Não há espaço para malfeteiros. Não há espaço para estupro”.

Nas discussões em grupo, reflectindo sobre as suas fotos, as membras da Horizonte Azul explicaram que a maioria das mulheres e raparigas em Moçambique vê as escolas como espaços não seguros.³⁷ Isso não foi descrito exclusivamente em termos de segurança física, mas também em relação a estressores psicológicos dentro e fora da sala de aula. Jessica descreve a sua experiência de quando ouviu uma professora criticando severamente a sua colega que, como uma jovem grávida, era constantemente repreendida em sala de aula. Ela explicou:



Eu presenciava um acto de violência psicológica que a minha própria professora protagonizava contra a minha colega. Porque era uma colega que teve filhos cedo. Ela tinha treze anos quando teve o seu primeiro filho. Então, a nossa professora de biologia, sempre que ela falasse de gravidez, de filhos, ela sempre dava o exemplo usando aquela nossa colega. Então de uma certa forma, ela sofria uma violência psicológica, para dizer que, a violência psicológica não acontece só de um aluno para o outro [...] mas os professores também têm violentado as meninas, não só com os meninos, também psicologicamente. – Jessica

(Jessica, Foto 6)

Ao reflectir sobre o tema da segurança e sobre como jovens mulheres e raparigas experimentam segurança nas escolas, as participantes compartilharam que as escolas não são muitas vezes “cuidadas”, “zeladas” por alguém, o que faz os jovens se sentirem desprotegidos e desconfortáveis. Por exemplo, Jessica capturou a sua visão na Foto 7 da seguinte forma:



(Jessica, Foto 7)

Essa imagem fala sobre segurança e paz. Foi tirada em frente a uma escola que não possui guarda e, assim, não possui segurança. As escolas têm de ter guardas para proteger os estudantes que estão estudando. Sem o guarda, pessoas que não são estudantes podem entrar na escola e roubar e causar brigas. É importante termos segurança por todos os lados. Eu tirei essa foto com essas crianças de propósito pois essas crianças são as pessoas que necessitam de cuidado e proteção. – Jessica

Por meio de suas fotografias, o grupo observou que a insegurança que as mulheres e raparigas experienciam está frequentemente relacionada com o sentirem-se incapazes de circular pelos espaços públicos de forma independente. Berta descreveu isso da seguinte maneira:

Esses espaços públicos não pertencem às mulheres, não pertencem às raparigas. Só o facto de estar numa rua qualquer, não interessa se é beco, se é de dia, se é de tarde, já se pressupõe que não é o espaço da mulher. Porque desde crianças somos ensinadas que devemos ficar em casa, lavar a louça. Também quando saímos, nós nos tornamos alvos fáceis para os malfeitores. E é um espaço de tamanha insegurança porque é dessas ruas que precisamos caminhar para fazermos nossas actividades diárias, e torna-se uma luta diária para caminhar por essas ruas, para andar por essas ruas. Então ao olhar para ruas, para os espaços públicos, para próprias escolas abandonadas, para os espaços abandonados, pra mim me traz essa questão de insegurança, a questão do espaço público não nos pertencer, ou estar a existir essa negação de não fazermos parte desse espaço público.

O viés de género excludente dos espaços públicos caracterizados por Berta e Silvia é outro tema significativo dentro do território de mulheres, paz e segurança que é frequentemente negligenciado quando se adopta uma abordagem normativa ‘tradicional’ nesse campo, especialmente quando se atrela segurança a guerra e a conflito armado, exclusivamente.³⁸ Simultaneamente, os laços entre a educação como uma ferramenta de desenvolvimento sociopolítico e seu acesso independente de género são de particular importância neste contexto – especialmente quando se pensa no acesso limitado que raparigas têm a espaços educacionais como escolas.

Embora os estudos, programas e políticas públicas de desenvolvimento focados em género em momentos pós-conflito possam se concentrar no papel da educação como promotora e sustentadora do empoderamento das mulheres, tal abordagem também precisa levar em consideração as realidades descritas por Jessica e Silvia. É preciso considerar a importância da igualdade de género no acesso educacional como instrumento de criação e sustentação de sociedades pacíficas de modo geral. De muitas formas, olhar as escolas como espaços potenciais de violência psicológica e conflito para as raparigas em particular é uma contribuição fundamental para a compreensão do terreno de paz e segurança em Moçambique.

C) Desigualdade social



(Jessica, Foto 8)

Essa foto reflecte a desigualdade social. Essa foto mostra a desigualdade económica na vida quotidiana nos bairros. Especificamente nos bairros periféricos da cidade de Maputo. Aqui, existem casas que mal têm uma cerca e que ficam ao lado de casas que têm tudo. Uma família se encontra num nível baixo e a outra está muito acima dessa. Isso não cria um ambiente de paz, mas de inveja e potencial conflito. – Jessica

Reflectindo sobre o amplo tema de paz e segurança, as participantes tiraram fotos quando sentiram que capturavam a dinâmica da desigualdade social. Por meio de discussões sobre essas imagens, elas estruturaram o conceito de desigualdade como uma dinâmica que molda as suas vidas quotidianas e que se relaciona ao tema da segurança. Especificamente, elas citaram as divisões socioeconómicas e as normas de género como forças motrizes que influenciam a estratificação e a insegurança social. Jessica capta visualmente na Foto 8, acima, como a realidade da desigualdade social afecta o seu sentimento de paz.

As participantes também explicaram que as expectativas de género, as obrigações familiares e o papel social da mulher como cuidadora as impedem de ascender socialmente em termos de escolaridade e emprego. Elas descreveram outros factores que impedem a mobilidade social feminina, tais como o casamento precoce e a responsabilidade pela maioria das tarefas domésticas, mesmo quando crianças, se comparadas a seus irmãos do sexo masculino.³⁹



(Berta, Foto 9)

Berta capturou isso na Foto 9, acrescentando que:

Nós falamos muito sobre casamentos precoces, raparigas que vivem uma vida que foi premeditada para elas por outras pessoas, enquanto homens aproveitam a liberdade para fazer o que gostam. As profissões das mulheres e suas actividades também são premeditadas, sempre relacionadas com alguma dimensão de cuidado, ou algum tipo de prestação de serviço.

Berta também explica que, embora existam muitos programas para prevenir e combater o casamento infantil, as expectativas da sociedade muitas vezes tornam isso impossível. Ela descreveu:

Se eu for a falar para uma menina dos seus 17 anos que [ela] não pode estar no lar, mas que, no entanto, é aquilo que ela aprendeu, desde pequena na sua socialização. Então entra muito em contradição. Eu recorro que nós discutimos muito isso, a questão da naturalização das coisas [...] e para os homens, o comportamento que se espera é que eles sejam livres, eles possam fazer aquilo que lhes apetecer [...] Aqui também nesta foto podemos perceber inclusive a questão das profissões que se espera das mulheres. Uma vendedeira, uma babá, uma enfermeira, uma professora, porque têm essa dimensão de cuidado e prestação de serviços.

Embora o tema da desigualdade social tenha surgido nas múltiplas discussões em grupo sobre paz e segurança, as fotografias serviram como introdução para tais discussões, que variaram entre os sentidos literal e simbólico. Algumas mulheres tiraram fotografias da natureza para representar a desigualdade social e a estratificação. Por exemplo, Filomena fotografou uma porção de relva mal cuidada (Foto 10) para representar a desigualdade que ela sente em sua vida. Ela explicou:



(Filomena, Foto 10)

Tem algum capim que está a crescer e o outro que está a reduzir. É o que acontece. A desigualdade social. Algumas pessoas desenvolvem, crescem não é, mas algumas pessoas que mantêm-se (sic) na mesma situação social e não têm a oportunidade, não têm a capacidade de desenvolver, porque há outros que pisam, sem se importar com as consequências daquilo que está a acontecer. – Filomena

2. Paz e liberdade para além da guerra e do conflito armado

A) Activismo social e engajamento como paz

Além de discutir os temas da violência quotidiana e da insegurança, as participantes também compartilharam as suas ideias sobre como a paz e a justiça poderiam ser – e acontecer – nas suas comunidades. Elas participaram de discussões animadas sobre o que a paz significa para elas na vida quotidiana. Para a maioria delas, a paz foi destacada e retratada em imagens sobre relacionamentos quotidianos - lugares onde elas podem falar, se comunicar e compartilhar conhecimentos umas com as outras. Além disso, nos seus discursos, a paz estava centralmente ligada a descrições de activismo e acção.

Rita, por exemplo, observou que:

Activismo pra mim é, em primeiro lugar, ter amor por fazer a coisa. Depois, saber partilhar as informações que você aprende nas formações [...], saber ouvir as pessoas e também saber agir de modo que as pessoas vejam em si alguém diferente.

Silvia reflectiu:

Nesse momento, nas comunidades, deveria ter mais comunicação, mais palestras, mais activistas nas comunidades, que criassem um grupo de activismo, que rigorosamente ande em comunidades, em mercados [...] e, com o consentimento das pessoas tentar explicar o que é a violência, quais as consequências da violência, por que não deve ser perpetuada a violência.

Berta adicionou:

[A paz] é uma questão de discutir ideias, não é uma questão de usar a força.

Arcelia concordou:

Se um grupo de homens e mulheres se juntam pra conversar, aí vão ter muitas ideias de como que pode se viver, como é que um homem e uma mulher podem ter uma relação sustentável, para não ter dentro da relação nenhuma violência? É conversando assim em grupo que vamos nos entender e vamos tentar ter a paz. Porque aquela paz efectiva mesmo, como sabemos, temos aqueles que ainda são os grandes, que ainda estão tentando resolver. Mas a paz nos lares, a paz nos relacionamentos quando as pessoas estão a namorar, é tendo este tipo de conversa que vamos conseguir encontrar.

As conversas e reflexões do grupo ressaltaram a importância das reuniões comunitárias para discutir problemas locais e encontrar soluções estratégicas. As participantes notaram que, para construir uma sociedade justa onde todos os membros se sintam em paz e seguros, é necessária a contribuição de uma ampla gama de actores da sociedade civil, e não apenas de oficiais eleitos e autoridades públicas. Elas identificaram a necessidade de se buscar mais oportunidades para se trabalhar cooperativamente na busca de soluções. Além disso, as participantes também articularam uma visão relacional da paz como fundamental para o bem-estar e a coesão da comunidade, alcançada por meio do activismo. Na opinião delas, as trocas de ideias entre activistas servem para criar a paz, promovendo o compartilhamento de conhecimento por meio de diálogos informados.

B) Má alocação de recursos como violência estrutural



(Arcelia, Foto 11)

As pessoas usam as valas, põem água suja, põem lixo, fazem xixi, fezes, muitas coisas. Então isso é também uma maneira, um outro tipo de violência. Suponhamos, que temos uma visita de um ministro [...]. Ele vem nesses bairros e encontra as nossas valas sujas e porcas. Acredito que isso é um autoestima baixo (sic) para a nossa sociedade. – Arcelia

Ao falar sobre as ligações entre paz, segurança e recursos económicos, o grupo enfatizou a importância do investimento em serviços públicos e sociais para criar e manter comunidades pacíficas. Elas articularam que gastar grandes quantias de dinheiro em armas ou com o exército mina a importância de financiar programas sociais. Por exemplo, Silvia argumentou que o “Estado deveria cuidar de nós, prover serviços de saúde. A segurança vai muito além de comprar armas”. Arcelia concordou e descreveu a negligência do governo em relação ao sistema de saneamento no distrito de Maxaquene (Foto 11 e citação acima).

Berta também comentou sobre a importância dos serviços e espaços públicos relacionados à paz:

A maior crítica que faço no que se relaciona à paz, é que o nosso governo está preocupado em comprar armas e não está preocupado em educar as pessoas como sujeitos políticos e críticos.

Berta articulou a sua perspectiva de paz desta maneira:

Se o nosso país trabalhar na questão de segurança, não só sob o ponto de vista militar, porque cada dia formam-se militares, formam-se polícias, mas é importante olhar para a segurança social. É importante olhar para a segurança a nível de ideologias, também [...] a questão da liberdade, que também traz essa questão de segurança. Porque se eu sou livre, eu poderei me sentir segura para opinar, fazer as minhas críticas de forma construtiva ou não, mas tirar aquele que é meu pensamento, não é? Isso também seria a paz que eu poderia ter.

Dulce compartilhou uma foto de uma delegacia à noite para expressar seus pensamentos:



(Dulce. Foto 12)

Por meio desta foto eu queria reflectir sobre segurança e paz. É uma delegacia. Eu tirei a foto à noite porque eles não permitiam tirar fotos. Quando o Estado não consegue garantir a segurança, a justiça começa a ser feita com as próprias mãos. Isso acontece com frequência, mas quando as pessoas fazem justiça com as próprias mãos, elas perturbam a paz, elas brigam umas com as outras. Eu queria tirar essa foto porque quando a polícia não faz o seu trabalho, quando abusam de seu poder, a violência só fica pior. Os membros da comunidade sentem que têm de fazer o trabalho da polícia. – Dulce

Por meio das suas reflexões colectivas, as participantes demonstraram as armadilhas de uma perspectiva de segurança que prioriza a segurança política sobre todas as outras formas e que aloca a maioria dos recursos do Estado para as forças militares e policiais. Em vez disso, elas defenderam um significado mais amplo de insegurança que inclui desigualdades estruturais criadas como resultado da alocação preferencial de recursos (que, por sua vez, é informada por um entendimento limitado de 'paz' e 'segurança'). Nos seus diálogos e teorizações críticas, elas identificaram vínculos estruturais subjacentes entre padrões de gastos governamentais e suas experiências de insegurança social e económica, iluminando a necessidade de se repensar 'paz' e 'segurança' dentro de um contexto mais amplo de segurança humana, que inclui vários domínios, tais como o físico, o social, o político, o económico e o ecológico.

C) “Ir e Vir”: liberdade de movimento



(Berta, Foto 13)

Esta planta é sustentada por pedras, assim como o governo promove a noção de segurança por meio de armas e não por liberdade, como cidadãos livres. Por um lado, a planta está sendo cuidada e por outro, é uma planta quase sem vida. Levando só em consideração só o exterior e não no bem-estar da nação. – Berta

Uma frase comum relacionada a sentir-se “em paz”, “segura” e “livre” entre as mulheres é a de poder “ir e vir”. Como mencionado anteriormente neste relatório, as participantes disseram se sentir inseguras quando se deslocam por Maputo. A liberdade de movimento foi um tema central entre o grupo, ao vislumbrar o sentimento de “paz”, “segurança” e “liberdade”. Por meio da Foto 12 (acima), Berta descreve que as cidadãs não desejam apenas ser “protegidas” de ameaças físicas, mas também desejam circular livremente, sem restrições.

Berta também compartilhou o seu sentimento de insegurança da seguinte forma:

Sentir-se segura eu diria que vai além da questão de segurança do Estado, significa sentir-se calma, andar livremente, fazer o que quiser à noite, na igreja, em qualquer lugar, trazer uma tranquilidade interna. Segurança ainda está muito em xeque, vivemos em constante tensão. Segurança é paz interior, caminhando e fazendo o que eu quero sem ter que pensar.

Todos os dias a polícia e o exército são treinados, mas é importante pensar sobre segurança social no que se refere à liberdade. Se sou livre me sinto segura para falar o que quero. Esta planta está sendo sustentada por pedras. Se me sinto segura, posso ir a qualquer lugar que eu queira. Posso pressionar o Estado, e me engajar em activismo social. Os e as activistas somente poderão ir às ruas se eles e elas se sentem seguros e seguras.

Filomena também ofereceu uma visão crítica de como um sentimento de confinamento e controlo impede que as pessoas vivam de forma livre e pacífica. Ela diz:

O povo moçambicano tá por trás daquela grade [referindo-se às grades da janela de uma casa]. Quando se está nesta grade ou [sente-se como estivesse] na cadeia, a pessoa está presa, [porque] você não tem oportunidade de sair, fazer aquilo que você quer. Você é mantido num cárcere privado [...] então estamos aqui presos, sem segurança, sem paz, e principalmente sem voz, pra dizer alguma coisa.

Por meio de suas fotos e conversas, cada uma das participantes elaborou uma imagem robusta das suas complexas experiências de insegurança, juntamente com a sua visão de uma sociedade pacífica. As participantes não apenas produziram uma leitura colectiva e compartilhada do panorama de segurança geral, identificando lugares específicos que despertam um sentimento de insegurança, como também mapearam as suas possibilidades e não possibilidades de deslocamento em espaços como marcadores de paz e segurança. Juntas, elas compartilharam como a capacidade de mover-se livremente por diferentes espaços é um marcador significativo de uma sociedade segura e, portanto, identificaram as principais ligações entre a liberdade de movimento e a presença ou ausência de paz e segurança. Ao estabelecer essas conexões, elas articularam uma vez mais um complexo repensar do campo de mulheres, paz e segurança, vinculando experiências quotidianas tais como a ‘liberdade para ir e vir’ com experiências sociais mais amplas de desigualdade. Tendo como lugar de fala o activismo feminino, essas mulheres salientam a possibilidade de escolha, a segurança e a paz como questões de profunda preocupação comunitária e pessoal.

5. DISCUSSÃO E IMPLICAÇÕES

Nos discursos públicos e populares no contexto moçambicano, a paz ainda é pensada e discutida como a ausência de conflito. Tal abordagem frequentemente negligencia a inclusão das experiências das mulheres em situações de conflito e pós-conflito e, mais importante, não considera o ambiente de insegurança, injustiça e falta de direitos equitativos que estruturam a vida das mulheres. As imagens e discussões narradas na secção anterior deste relatório destacam a complexidade dessa exclusão sistémica, ilustrando como é que as mulheres se deparam e posteriormente conduzem essas situações nas suas vidas diárias.

Enquanto o contexto nacional em Moçambique é considerado pacífico desde o final da guerra civil em 1992, várias regiões do país continuam a vivenciar uma ausência total de justiça, bem-estar e insegurança. Na verdade, as realidades vividas por Arcelia, Berta, Jessica, Dulce, Filomena, Silvia, Diolene e Rita documentadas neste relatório acrescentam uma dimensão de género a essa desigualdade estrutural entre regiões, mostrando como as mulheres e raparigas são desproporcionalmente afectadas pela insegurança e injustiça sistémicas, enquanto estão sujeitas a inúmeras formas de violência nas suas casas, bairros e comunidades.

Em 2018, as membras da Horizonte Azul participaram de várias oficinas e encontros organizados pela ONU Mulheres, tais como o *Safe Cities and Safe Public Spaces Global Leaders' Forum* (em português, Fórum Global de Líderes para Cidades e Espaços Públicos Seguros) e falaram sobre paz e segurança sob essa perspectiva mais ampla, que se encontra neste relatório.⁴⁰ No último fórum, realizado nos dias 12 e 13 de dezembro de 2018,⁴¹ a antropóloga Maria José Arthur argumentou que as principais cidades de Moçambique não estão organizadas levando-se em conta as mulheres e os pobres. Ela ofereceu uma crítica estrutural ao design urbano, mostrando como essas cidades foram planeadas como espaços para as elites, com as suas áreas periféricas servindo apenas como abrigo às massas trabalhadoras que sustentam as actividades económicas no centro da cidade.

Além de possuir um planeamento urbano baseado na hierarquia de classes, a estruturação dessas cidades também é dotada de um viés de género implícito. A maioria das mulheres residentes em áreas urbanas em Moçambique vive nas periferias das grandes cidades, com pouco ou nenhum acesso a serviços públicos de saúde e educação, infraestrutura e saneamento básico. Como resultado observado por várias mulheres participantes, elas estão sujeitas a altos níveis de vulnerabilidade económica e desemprego e se tornam alvos fáceis para o crime e a violência. Parte das conversas nos fóruns distritais e municipais apontam para o tipo de deficiências em infraestrutura e serviços públicos em áreas peri-urbanas e rurais e uma falta de policiamento e acesso à justiça nas comunidades e distritos; estas deficiências foram capturadas nas fotos e discussões das mulheres participantes.

Relacionando outro tema, a liberdade de movimento esteve presente no projecto *Photovoice*, bem como em diferentes fóruns públicos organizados pela Horizonte Azul. No projecto *Photovoice*, isso foi definido entre as participantes como “o direito de ir e vir livremente”. Por meio destas discussões, o direito de ir e vir livremente também é visto como uma parte essencial de uma sociedade pacífica, onde mulheres e raparigas são capazes de se deslocar por espaços públicos, tais como ruas, sem temerem o assédio e a violência sexual.

Essa manifestação do desejo do ir e vir diário sem medo conecta-se à discussão mais ampla de inclusão das mulheres nas discussões sobre paz e segurança em contextos urbanos: uma vez que a infraestrutura e os serviços públicos nas periferias das cidades de Moçambique não são vistos numa perspectiva de género, as mulheres continuam a experienciar desigualdades sociais e violência dentro dessas temáticas. Além disso, um dos maiores desafios para que se construa e se mantenha a paz é a maneira como o sistema de justiça moçambicano conduz os casos de violência baseada em género.

Para a Horizonte Azul, o tema mulheres, paz e segurança é uma parte essencial da luta para garantir o bem-estar das raparigas e para construir uma sociedade mais livre e justa. Conforme ilustrado nas conversas entre as participantes do *Photovoice*, é de extrema importância continuar a reconhecer a natureza ampla de ‘paz’ e de ‘segurança’ para além da guerra e do conflito armado. É somente afirmando essa compreensão holística de paz e segurança que as experiências de insegurança, vivenciadas de forma diferente pelas mulheres, se tornam evidentes e ilustram a desigualdade e a violência que continuam a estruturar a vida das mesmas.

As instâncias de violência baseada em género e violência estrutural descritas pelas participantes desafiam o mito de que os moçambicanos e as moçambicanas ‘vivem em paz’. No contexto político actual, avançar com uma agenda mais abrangente de mulheres, paz e segurança, iluminada pelas vozes de Arcelia, Berta, Jessica, Dulce, Filomena, Silvia, Diolene e Rita, significaria questionar a dita paz e pressionar as autoridades estatais a criarem um novo paradigma de segurança, que centralmente incluísse vozes de mulheres, com o objectivo de criar melhores e mais pacíficas condições de vida para todos e todas, independente do sexo.

6. CONCLUSÃO

Este relatório aborda alguns factores pouco discutidos nos temas de paz e segurança. As reflexões incluídas neste relatório reiteram a necessidade de se compreender paz e segurança de uma maneira mais holística, expandindo a sua conceituação para além do contexto da guerra e do conflito armado. As participantes deste projecto participativo definiram a paz como essencialmente fundamentada nos relacionamentos e forneceram exemplos reais das condições e situações que ameaçam os seus modos de vida. A prevalência da ‘violência quotidiana’, comumente destacada pelas mulheres, muitas vezes não é central na política pública. Ainda assim, a violência quotidiana afecta negativamente a mobilidade, a sensação de segurança e a presença pública das mesmas como agentes iguais perante a sociedade.

As organizações de base lideradas por mulheres são essenciais para identificar e responder a essas experiências detalhadas de paz e segurança. A Horizonte Azul, organização com a qual o programa Mulheres, Paz e Segurança (WPS) associou-se para desenvolver este relatório, é um exemplo de organização de base de mulheres que trabalha efectivamente para a criação de condições mais seguras e pacíficas para mulheres e raparigas em Moçambique.

Enquanto o contexto nacional moçambicano é predominantemente considerado ‘pacífico’, como mostra este relatório, as mulheres e raparigas que vivem em Moçambique continuam expostas a várias formas de violência nas suas próprias casas, bairros e comunidades. Nas discussões organizadas durante este processo visual participativo, por meio da reflexão sobre imagens da vida quotidiana em Maputo, as membras da Horizonte Azul que participaram deste projecto fotográfico não só caracterizaram as suas experiências de insegurança, mas também nomearam várias formas pelas quais mulheres e raparigas se mobilizam todos os dias, décadas após o fim da Guerra Civil Moçambicana, para melhorar as condições de vida dentro e entre as suas comunidades.

Elas falaram, por exemplo, que factores tais como o activismo pela paz por meio do compartilhamento de conhecimentos e ideias, bem como a liberdade para deslocar-se e poder estar em espaços públicos, são centrais para sua segurança. As discussões sobre a necessidade de se melhorar a infraestrutura pública, assim como a dissolução de normas e expectativas de género, não são exclusivas ao contexto de Maputo, mas são questões comuns a cidades no mundo todo. São perspectivas de paz e segurança que nem sempre são destacadas, mas que são fundamentais para as pessoas ao longo das suas vidas.

7. NOTAS

- 1 “National Action Plan: Mozambique.” PeaceWomen, 28 Nov. 2018, www.peacewomen.org/action-plan/national-action-plan-mozambique.
- 2 REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Plano Nacional de Acção sobre Mulher, Paz e Segurança 2018-2022.
- 3 True, Jacqui. “Women, Peace and Security in Post-Conflict and Peacebuilding Contexts.” NOREF, The Norwegian Peacebuilding Resource Centre, 14 Mar. 2013, noref.no/Publications/Themes/Gender-and-inclusivity/Women-peace-and-security-in-post-conflict-and-peacebuilding-contexts.
- 4 Jacobson, R., 1995, Women’s political participation: Mozambique democratic transition. *Gender and Development*, Vol 3, No 3, October, Oxfam, UK, page 30.
- 5 Jacobson, R., 1995, Women’s political participation: Mozambique democratic transition. *Gender and Development*, Vol 3, No 3, October, Oxfam, UK
- 6 Campbell, Duncan. “Maputo: an African ‘Success Story’ but 80 per Cent Still Live in Slums.” *The Guardian*, Guardian News and Media, 2 Feb. 2005, www.theguardian.com/world/2005/feb/02/hearafrica05.development4.
- 7 Louw-Vaudran, Liesl. “Mozambique’s Success Story under Threat.” *ISS Africa*, 19 Feb. 2016, issafrica.org/iss-today/mozambiques-success-story-under-threat.
- 8 Jacobson, Ruth. (2006). Mozambique and the construction of gendered agency in war. *Women’s Studies International Forum - WOMEN STUD INT FORUM*. 29. 499-509. 10.1016/j.wsif.2006.07.007.
- 9 Para mais informações sobre o contexto sociopolítico de Moçambique, ver: Human Rights Watch. “World Report 2019: Rights Trends in Mozambique.” *Human Rights Watch*, 17 Jan. 2019, www.hrw.org/world-report/2019/country-chapters/mozambique.
- 10 “IMF Says Mozambique Admits to over \$1 Billion of Hidden Debt.” *Reuters*, Thomson Reuters, 23 Apr. 2016, www.reuters.com/article/us-mozambique-loans/imf-says-mozambique-admits-to-over-1-billion-of-hidden-debt-idUSKCN0XK0FD.
- 11 De acordo com o estudo da UNICEF de 2014, “State of the World’s Children 2015: Reimagine the future”, 48% das crianças são casadas antes dos 18 anos e 14% antes dos 15 anos. “The State of the World’s Children 2015.” *The State of the World’s Children 2015*, sowc2015.unicef.org/.
- 12 De acordo com a TVM Notícias, desde 2017, o número de conflitos entre comerciantes e agentes ligados ao comércio ilegal de marfim, ouro e pedras preciosas e agricultores locais cresceu. Para mais informações, ver: “Descobrimto De Ouro Cria Conflitos Em Cabo Delgado.” *TVM Notícias*, noticias.tvm.co.mz/index.php/nacional/item/766-descobrimto-de-ouro-cria-conflitos-em-cabo-delgado e “Novo Ataque Deixa Rasto De Destruição Em Aldeia De Cabo Delgado | DW | 04.11.2018.” *DW.COM*, Deutsche Welle, Abr. 2018, www.dw.com/pt-002/novo-ataque-deixa-rasto-de-destruicao-em-aldeia-de-cabo-delgado/a-46149432.
- 13 Para mais informações, ver “‘What Is a House without Food?’ | Mozambique’s Coal Mining Boom and Resettlements.” *Human Rights Watch*, 2 Jan. 2019, www.hrw.org/report/2013/05/23/what-house-without-food/mozambiques-coal-mining-boom-and-resettlements.
- 14 Ibid. “De acordo com dados do registro da indústria mineira do governo de Moçambique em Outubro de 2012, o governo aprovou pelo menos 245 concessões de mineração e licenças para exploração na província de Tete, cobrindo aproximadamente 3,4 milhões de hectares, o equivalente a 34% da sua área. A mineração de carvão é responsável por cerca de um terço destas. Ao também considerar no cálculo as solicitações pendentes de aprovação, a área contemplada salta para aproximadamente 6 milhões de hectares, ou aproximadamente 60% da área da província de Tete. A gestão e o planeamento dos impactos cumulativos dos inúmeros projectos de mineração são incipientes. E embora nem toda a atividade de exploração leve ao desenvolvimento de projectos de mineração, a elevada concentração de terras designadas para licenças de mineração na província de Tete limitou profundamente a disponibilidade de locais de reassentamento apropriados para comunidades deslocadas pelas operações de mineração.” (traduzido do texto original em inglês para o português) (HUMAN RIGHTS WATCH, 2019); para mais informações, ver “Corporações Económicas e Expropriação: Raparigas, Mulheres e Comunidades Reassentadas no Distrito de Moatize.” *WLSA Moçambique*, 2017. <http://www.wlsa.org.mz/wp-content/uploads/2017/09/Moatize.pdf>
- 15 Waldorff, Pétur. *Promoting Women and Girls’ Effective Participation in Peace, Security and Recovery in Mozambique 2017-2020*. United Nations University Gender Equality Studies and Training Programme, 2018, gest.unu.edu/static/files/Research/may-18-status-report_un-women-wps-in-moz.-2017-2020.pdf.
- 16 The World Bank. “Proportion of Seats Held by Women in National Parliaments (%).” *Data*, data.worldbank.org/indicator/sg.gen.parl.zs.
- 17 Southern African Development Community, “Declaration on Gender and Development.” *Declaration on Gender and Development*, Southern African Development Community, 1997. www.sadc.int/files/7613/5292/8380/Declaration_on_Gender_Development_1997.pdf

- 18 “Declaration on Gender Equality in Africa.” *ACHPR*, African Commission on Human and Peoples’ Rights, www.achpr.org/instruments/declaration-on-gender-equality-in-africa/.
- 19 *Protocol to the African Charter on Human and Peoples’ Rights on the Rights of Women in Africa*. Organization of African Unity, 2003, *Protocol to the African Charter on Human and Peoples’ Rights on the Rights of Women in Africa*.
- 20 Ibid.
- 21 International Federation for Human Rights. *Women’s Rights in Mozambique: Duty to End Illegal Practices*. International Federation for Human Rights, 2007, *Women’s Rights in Mozambique: Duty to End Illegal Practices*.
- 22 United Nations. “Hyogo Framework for Action 2005-2015: Building the Resilience of Nations and Communities to Disasters.” Refworld, www.refworld.org/docid/42b98a704.html.
- 23 Jacobson, Ruth. “Mozambique and the Construction of Gendered Agency in War.” *Women’s Studies International Forum*, vol. 29, no. 5, 2006, pp. 499–509., doi:10.1016/j.wsif.2006.07.007
- 24 Deutsche Welle. “Moçambique: Filipe Nyusi Lança Processo de Desarmamento da RENAMO | DW | 06.10.2018.” *DW.COM*, June 2018, www.dw.com/cda/pt-002/moçambique-filipe-nyusi-lança-processo-de-desarmamento-da-renamo/a-45780286.
- 25 Discursos dominantes na área de segurança definem segurança como a manutenção da integridade territorial, onde segurança é entendida como a ausência de guerras e conflitos armados que por ventura possam desafiar a integridade territorial dos Estados-Nação. Para uma explicação mais aprofundada sobre essa abordagem, ver: Garnett, J. C. 1970. *Theories of Peace and Security: A Reader in Contemporary Strategic Thought*. New York: McMillan, St. Martin’s Press.
- 26 Gasper, Des. 2010. “The Idea of Human Security” in K. O’Brien, A. L. St. Clair, B. Kristoffersen (eds.), *Climate Change, Ethics and Human Security*, Cambridge: Cambridge Univ. Press, pp.23-46.
- 27 *Human Development Report 1994*. Oxford University Press, 1994, *Human Development Report 1994*.
- 28 “Human Security Now: Protecting and Empowering People - World.” *ReliefWeb*, Commission on Human Security, 2003, reliefweb.int/report/world/human-security-now-protecting-and-empowering-people.
- 29 Nussbaum, Martha. 2005. Women’s Bodies: Violence, Security, and Capabilities. *Journal of Human Development*, 6(2): 167–83.
- 30 Hudson, H., 2005. ‘Doing’ security as though humans matter: A feminist perspective on gender and the politics of human security. *Security Dialogue*, 36(2), pp.155-174.
- 31 Casimiro, Isabel, Andrade, Ximena, & Jacobson, Ruth. 2005. War, peace and women’s lives in Mozambique. In Catherine Scott (Ed.), *Independent women* London: Catholic Institute for International Relations, cited in Jacobson, Ruth. “Mozambique and the Construction of Gendered Agency in War.” *Women’s Studies International Forum*, vol. 29, no. 5, 2006, pp. 499–509.
- 32 Ibid.
- 33 Krause, Keith and Michael C. Williams. 1996. Broadening the Agenda of Security Studies: Politics and Methods. *Mershon International Studies Review*, 40(Supplement 2): 229–54.
- 34 Mitchell, Claudia. *Doing Visual Research*. Sage Publications, 2011.
- 35 Ibid.
- 36 As participantes escolheram utilizar seus verdadeiros nomes para fins deste relatório.
- 37 Para mais informações, ver: Human Rights Watch. “Leave No Girl Behind in Africa | Discrimination in Education against Pregnant Girls and Adolescent Mothers.” *Human Rights Watch*, 17 Aug. 2018,
- 38 Para ilustrar, veja o artigo a seguir: Dalby, S., 1994. Gender and critical geopolitics; reading security discourse in the new world disorder. *Environment and Planning D: Society and Space*, 12(5), pp.595-612.
- 39 De acordo com a UNICEF, 48% das mulheres entre 20 e 24 anos em Moçambique casaram-se ou estabeleceram união estável antes dos 18 anos. Para mais informações, visite: bases de dados globais da UNICEF, 2018, baseadas nas Pesquisas Demográficas e de Saúde (DHS), Pesquisas de Agrupamentos de Indicadores Múltiplos (MICS) e outras pesquisas nacionais representativas.
- 40 Para mais informações, acessar: UN Women. “Safe Cities Global Initiative - UN Women.” *Edmonton*, Oct. 2018, www.unwomen.org/en/what-we-do/ending-violence-against-women/~/_/media/44F28561B84548FE82E24E38E825ABEA.ashx.
- 41 A segunda edição do ‘Fórum Municipal de Género, Cultura, Segurança Urbana e Políticas Públicas para Raparigas e Mulheres Jovens do Município de Maputo’ ocorreu nos dias 12 e 13 de dezembro em Maputo, Moçambique.

